



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

REFLEXÕES ACERCA DAS FORMAÇÕES DE PROFESSORES PRESENTES NAS METAS E STRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARUARU

Alan Gustavo Lira de Oliveira

Universidade Federal de Pernambuco – alan.lira@hotmail.com

Ana Clara Ramalho do Monte Lins Durval

Universidade Federal de Pernambuco – anaclaradurval@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nesse artigo pretendemos refletir acerca da formação de professores a partir das metas e estratégias presentes no Plano Municipal de Educação (PME – 2015-2025) de Caruaru, município do interior de Pernambuco, com 314.912 habitantes (IBGE, 2010). Como subsídio a essa reflexão, tomamos como base os estudos de autores como Nogueira (2006), Maciel; Neto (2011), Gatti et al (2011), dentre outros, que direcionam suas pesquisas para a reflexão acerca das políticas institucionais e modelos de formação de professores.

O PME do referido município, aprovado no dia 18 de junho de 2015, foi construído coletivamente “com a participação de representantes de vários segmentos sociais, e de instituições educacionais de todos os níveis, tanto da instância pública como privada” (PME Caruaru, 2015, p.09), apresentando 18 metas e 206 estratégias. Dentre as metas escolhidas para a nossa análise, está a Meta 14, relacionada à Formação dos Profissionais da Educação.

O objetivo desse estudo, portanto, é analisar as estratégias presentes na referida meta refletindo criticamente sobre as propostas de formação sugeridas para alcançarem a meta estabelecida.

Utilizamos os pressupostos da Análise do Conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin (2004), fazendo uma pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados. Escolhemos o PME de Caruaru como o documento a ser analisado e



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

realizamos uma leitura flutuante para delimitar a nossa análise, seguindo em busca de metas e estratégias que fossem direcionadas para a formação dos profissionais de educação. A nossa unidade de registro foi o tema *formação de profissionais da educação*. Buscamos pelos títulos das metas a discussão direcionada para a formação dos profissionais da educação. Apenas a meta 14, configurada como *Formação dos Profissionais da Educação*, apresentava em seu título a palavra *formação*. Apesar de outras metas, exceto as metas 6, 11 e 15, apresentarem em suas estratégias alguma discussão acerca da formação, não as utilizamos em nossas análises devido às unidades de registro apresentarem pouco representatividade para o nosso objeto de análise.

A seguir, no Quadro 1, apresentamos a meta analisada com suas respectivas estratégias.

QUADRO 1 – Meta e estratégias acerca da formação dos profissionais da educação.

META	ESTRATÉGIAS
Meta 14: formar, em nível de pós-graduação, 80% (oitenta por cento) dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino.	14.1 criar uma política municipal, em consonância com as políticas nacionais, que garanta formação inicial e continuada para todos(as) os(as) profissionais da educação;
	14.2 realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de Educação Superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do estado e da união
	14.3 consolidar política municipal de formação de professores(as) da Educação Básica, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

	<p>14.4 expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os(as) professores(as) da rede pública de Educação Básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;</p>
	<p>14.5 criar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos(as) professores(as) da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível, dividido por componente curricular e área de conhecimento;</p>
	<p>14.6 garantir e assegurar aos profissionais da educação, matriculados regularmente nos programas de pós-graduação em educação ou nas áreas específicas em que atuam, a dispensa de suas atividades curriculares, em forma de licença, em tempo integral ou parcial (a escolha do(a) profissional), sendo no mínimo 12 meses para especialização, no mínimo 24 meses para mestrado e no mínimo 48 meses para doutorado, sem perda ou redução de sua remuneração</p>
	<p>14.7 garantir e fortalecer a formação dos(as) professores(as) das escolas públicas de Educação Básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público, na bienal internacional do livro de Pernambuco.</p>

Fonte: Plano Municipal de Educação de Caruaru 2015

Após leituras mais intensificadas das sete estratégias da Meta 14, as reagrupamos em cinco categorias. O critério de categorização que escolhemos foi o



semântico, respaldados nos estudos de Bardin (2004), considerando a *exclusão mútua*, onde cada estratégia não poderia pertencer a duas ou mais categorias ao mesmo tempo; a *homogeneidade*, onde cada categoria funciona com um registro e uma dimensão da análise; a *pertinência*, visto que cada categoria pertence ao quadro teórico que a define; a *fidelidade*, em que diferentes estratégias pertencentes à mesma categoria são codificadas da mesma maneira; e finalmente, a *produtividade* onde cada categoria nos fornecerá resultados férteis no que concerne aos índices de inferência e em novas hipóteses.

No Quadro 2, são apresentadas as seis categorias construídas e as suas respectivas estratégias.

Quadro 2 – Categorias de análise

ESTRATÉGIAS	CATEGORIAS
14.1; 14.3; 14.7	Políticas Públicas
14.2	Parceria com IES
14.4	Investigação
14.5	Uso de tecnologias
14.6	Valorização profissional

Fonte: Elaboração própria dos autores

ANÁLISE DAS CATEGORIAS

Nessa seção articulamos uma discussão das categorias construídas com os fundamentos teóricos pertinentes a cada uma delas, buscando assim uma reflexão crítica das estratégias presentes na referida meta do PME de Caruaru.

Políticas Públicas



Pudemos reconhecer três estratégias que articulam a ampliação, criação, implementação ou consolidação de instituição de políticas públicas para o alcance da meta analisada esse artigo. É importante frisar que, segundo a UNESCO

A qualidade dos docentes e o ambiente que criam na sala de aula, excluídas as variáveis extra-escolares [sic], são os fatores decisivos que explicam os resultados de aprendizagem dos alunos, o que significa que as **políticas orientadas a melhorar a qualidade da educação** só podem ser **viáveis** se os esforços se concentrarem em **transformar, com os docentes, a cultura escolar**. (2008, p.15, grifo nosso)

Portanto, iremos direcionar nossas análises para os elementos condicionantes à transformação da cultura escolar, entendendo as políticas educacionais conforme Ganzeli, “como uma das inúmeras forças presentes no Campo Educacional. Elas contribuem para a construção do *habitus* dos agentes sociais que vivenciam o dia-a-dia da escola” (2002, p.44).

A estratégia 14.1 visa à garantia da formação inicial e continuada de **todos** os profissionais da educação através da criação de uma política municipal, enquanto a estratégia 14.3 visa à consolidação de formação **apenas** de professores.

Ressaltamos, contudo, que as referidas estratégias não esclarecem a que formação continuada se referem: à nível de pós-graduação; formação em serviço; participação em palestras, fóruns dentre outras alternativas de formação continuada – o que reflete as lacunas ou o espaço, ainda tímido, destinado à formação continuada nas políticas públicas e, na sociedade atual – da informação, da tecnologia, do conhecimento – as políticas públicas são essenciais para a (re)construção da cultura escolar, onde a rotina escolar (especialmente a prática docente) precisa ser o ponto de partida na busca da qualidade do ensino aprendizagem.

Segundo Pimenta e Ghedin (2006, p. 39) “conhecer é mais do que obter as informações. Conhecer significa trabalhar as informações”, ou seja, é realizar a análise crítica da informação relacionada ao contexto social e seus valores – sendo essa ação, algo peculiar ao fazer do professor. Assim, um questionamento surge acerca das



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

políticas públicas tratadas nas estratégias 14.1 e 14.3: elas garantem, também, consideração quanto aos dilemas experienciados na prática docente, ofertando uma formação inicial e continuada que possibilitem aos professores o enfrentamento dos desafios de responder às demandas que os contextos colocam à educação?

A estratégia 14.7 visa à fomentação de programas já existentes através do Plano Nacional do Livro e Leitura, oferecido pelos Ministérios da Cultura e Educação, que como meta formar cidadãos leitores, e assim, garantir a formação dos professores das escolas públicas.

Na estratégia apresentada, é delimitado um programa com incentivo à nível federal, apontando tal como Gatti et al (2011, p.49), que

A configuração do grande aparato institucional montado pelo Ministério da Educação [...] considera a formação como um processo contínuo de construção de uma prática docente qualificada e de afirmação de identidade, da profissionalidade e da profissionalização dos professores.

Assim, consolidar políticas públicas de maneira colaborativa, conjunta, em parceria, fortalece as ações locais, garantindo uma melhoria na qualidade da formação inicial e continuada de professores, bem como nas práticas educativas.

Parceria com IES

A estratégia 14.2 sugere uma parceria do município com Instituições de Ensino Superior (IES) a fim de promover a formação de profissionais da educação.

Essa estratégia sugere “dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas” (PME, 2015, p.64), articulando-se com a Lei nº 1.394/96 (LDB), visto que no art. 63, fica determinado que as IES manterão programas de formação pedagógica e continuada para os profissionais da educação.

Lima (2011) destaca, acerca do papel das universidades, que, “não podem se eximir da tarefa – socialmente a elas atribuídas – de formar profissionais da educação.



Devem, para tanto, empreender mudanças no seu interior, de modo a possibilitar o cumprimento de tal função” (p.31).

Ressaltamos que o regime de colaboratividade previsto nessas estratégias com as IES é de suma importância. A esse respeito, Costa (2006, p.04) salienta que

[...] formar cidadãos críticos e reflexivos capazes de exercer a cidadania é papel não só da universidade como de qualquer instituição escolar. Para isso, enfatizamos a necessidade da qualificação profissional no ensino superior no sentido não só de se fazer cursos, mas também da pesquisa, pois essas instituições são as responsáveis pela pesquisa no país.

Nessa perspectiva, dialogamos correlativamente com a categoria seguinte a ser analisada: *investigação*.

Investigação

Na estratégia 14.4, a sugestão é a expansão de programa que favoreça a valorização da cultura de investigação. Carneiro (2001, p.37) aponta que

[...] o processo de investigação é, também, um processo de aprendizagem dos modos, conteúdos, resistências e possibilidades concretas das inovações instaladas na sala de aula [...]. A intenção e o sentido da investigação educativa, é a transformação e o aperfeiçoamento da prática, que está no início e no fim do processo investigativo.

É importante estabelecer uma forte relação entre as questões investigativas e a formação tanto inicial quanto continuada de professores. O contexto investigativo direciona o professor para as questões da pesquisa. Maciel (2011) atenta para a necessidade de o professor não ser apenas um reproduzidor do conhecimento dos outros, pois precisa construir com os seus alunos uma articulação entre o teorizado e o real. Dessa forma a atividade investigativa na formação inicial do professor se apresenta como um elemento indispensável para o ensino com pesquisa.

Retomemos Carneiro (2001), ao reforçar a necessidade da pesquisa acontecer desde a formação inicial, visto que, “participando de uma pesquisa educativa o



estudante de graduação pode ser preparado para ser um professor questionador, observador, cooperativo e criativo” (p.38).

Essas duas autoras, Maciel e Carneiro, discutem especificamente a formação inicial do professor, porém reconhecemos as fragilidades dessas formações e que a formação continuada “visa corrigir distorções de sua formação inicial, e também contribui para uma reflexão acerca de mudanças educacionais que estejam ocorrendo” (BETTEGA, 2010, p.43), proporcionando uma transformação na prática educativa dos professores.

Uso de tecnologias

Os ambientes virtuais de aprendizagem, quando bem estruturados, podem potencializar a formação dos professores, permitindo um aprimoramento de suas práticas educativas.

Orth et al (2013) corroboram que

A formação continuada de professores na modalidade a distância transforma e mobiliza uma série de saberes e conhecimentos, em especial, ao se buscar novas estratégias, novos elementos e novos processos educativos mediados pelas TIC. (p. 46)

Certamente a integração das tecnologias, tanto na prática quanto na formação dos professores, proporcionam uma forma de aprendizagem que pode se dar de maneira colaborativa, onde professores e alunos podem ser autores e, de maneira integrada, fortalecer a construção do conhecimento.

Entretanto, essa meta referente à integração de tecnologia por professores do município de Caruaru não apresenta proposta de formação ou de suporte ao professor para utilização desses portais eletrônicos, visto que, integrar as tecnologias às atividades docentes requer, também, domínio não só dos elementos pedagógicos, mas das estruturas técnicas inerentes aos recursos disponibilizados.

Valorização Profissional



A última categoria por nós elencada é contemplada pela estratégia 14.6. Nessa estratégia, há a proposta de garantia de que os profissionais da educação que estejam matriculados em cursos de formação continuada (especialização, mestrado ou doutorado) tenham licença proporcional a cada etapa da formação, sem perdas salariais. Essa proposta é contemplada no artigo seguinte da LDB 9.394 de 1.996:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [...] II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; [...] (BRASIL, 2014, p. 37)

Portanto, essa estratégia já é uma garantia prevista por lei, desde a implementação da LDB em 1996. A contribuição dessa estratégia é a atribuição do tempo necessário para a licença remunerada.

Algumas Considerações

A elaboração de Planos Municipais de Educação (PME) é um importante passo para fomentar a mudança de diversos aspectos da educação, dentre eles a formação de professores, visto que, os PME são construídos de forma colaborativa com diversos setores da sociedade conduzindo assim as propostas que atendam às necessidades formativas locais. Analisamos o PME da cidade de Caruaru devido à sua importância no contexto educativo, visto que é um município que, segundo os dados do IBGE, possui 139 escolas de ensino Pré-escolar, 209 escolas de Ensino Fundamental, 35 escolas de Ensino Médio e três Instituições de Ensino Superior públicas.

Ao analisarmos a meta que se caracteriza fundamentalmente pela promoção da formação inicial e continuada dos profissionais da educação, pudemos identificar um aporte teórico consolidado - o qual favorece uma reflexão crítica e aprofundada acerca da formação dos profissionais da educação.

Na apresentação da criação e implementação de formações continuadas o PME em questão não esclarece como as estratégias serão alcançadas ou que tipo de formação



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

serão oferecidas, se serão congressos, palestras, minicursos, cursos de pós-graduação, formações à distância, etc.

Quanto à colaboratividade com IES, não determinam se é uma parceria de exclusividade para funcionários efetivos ou de contrato temporário, assim como sobre os portais eletrônicos a serem criados não esclarecem se o acesso seria exclusivo aos profissionais da educação daquela cidade, ou se teria um caráter aberto e colaborativo em rede.

Verificamos, ainda, que não são determinados percentuais de valores a serem destinados para a consolidação dessas estratégias. As estratégias não deixam claro quantos e quais profissionais podem pedir licença para se dedicarem aos programas de pós-graduação.

Não identificamos, na meta analisada, discussões contemplando aspectos socioculturais nas formações dos professores. Entendemos que uma discussão de amplitude social seria condicionante para a quebra de preconceitos e para a construção de uma nova cultura que contemple as necessidades formativas dos sujeitos. Corroboramos com Nogueira (2006) entendendo que iniciativas que “assumam a parcela de responsabilidade das instituições formadoras na ampliação do universo cultural de seus alunos sejam fundamentais e devam constituir material de reflexão, a fim de que seus alcances e limitações sejam compreendidos” (p.105).

No tocante a essa discussão, outras categorias além da diversidade étnica racial, educação do campo, educação especial e prisional poderiam ser contempladas em formações, tais como a discussão de identidade de gênero e orientação sexual, diversidade religiosa, saúde pública, dentre outros, e assim condicionar a uma educação crítica.¹

Outros elementos importantes na formação dos sujeitos não emergem das estratégias, tais como a formação permanente a partir da escola, mudanças no modelo formativo, dificuldades a serem superadas, por exemplo.

¹ A principal característica da teoria crítica é a busca da emancipação popular. O homem, como sujeito dessa teoria educacional, deverá propor mudanças sociais e políticas por meio de sua ação no mundo em que vive. Logo, a crítica busca desconstruir ideais implantados como verdades absolutas, que têm objetivo de manter a ordem social e os modos de domínio da sociedade, propondo caminhos alternativos. (MIRANDA et al, 2012, p. 11)



Diante do exposto, não pretendemos esgotar nossas discussões acerca da formação presente nos Planos Municipais de Educação, seja no contexto de análise de outras metas ou de planos de outros municípios, seja na elaboração de outras categorias ou de análises a partir de outros aportes teóricos.

Refletindo sobre a formação dos profissionais da educação, entendemos que no PME de Caruaru a colaboratividade, a implementação e consolidação de políticas públicas já existentes são os elementos que perpassam na proposta de formação tanto inicial quanto continuada, apesar de não demonstrarem clareza na efetivação de parte das estratégias.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3ª Ed. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2004.

BETTEGA, Maria Helena Silva. **Educação continuada na era digital**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época, v.18)

BRASIL, Ministério da Educação. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional** [recurso eletrônico]: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 45 p. – (Série legislação; n. 118)

CARNEIRO, Vera Clotilde Garcia. Formação de professores que ensinam Matemática e investigação na sala de aula: caminhos para a renovação das Licenciaturas. **Boletim GEPEN**, Rio de Janeiro, n. 38, 2001, p. 35-46.

COSTA, Váldina Gonçalves da. **A formação dos formadores de professores de matemática e a ludicidade**. In: Reunião Anual da ANPed, 29, 2006, Caxambu/MG.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS: um assunto de direitos humanos. 2.ed. Brasília: UNESCO, OREALC, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001505/150585por.pdf>>. Acesso em 13 de julho de 2015.

FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano municipal de educação de Caruaru**, 2015.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

GANZELI, Pedro. **Política educacional no município e diretores educacionais: a trama do encontro.** RBPAE, v.19, n.1, 2003.

GATTI, Bernadete Angelina; et al. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte.** Brasília: UNESCO, 2011.

LIMA, Emília Freitas. Formação de professores – passado, presente e futuro: o curso de pedagogia. IN: MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. (Orgs). **Formação de professores: passado, presente e futuro.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura. A formação do professor pela pesquisa: ações e reflexões. IN: MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. (Orgs). **Formação de professores: passado, presente e futuro.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MIRANDA, Carlos Teles de. **Educação matemática crítica: propostas de atividades de acadêmicos de licenciatura em matemática.** Educere – Revista de Educação, v.12, n.1, p.7-36, jan/jun 2012.

NOGUEIRA, Monique Andries. Universidade e formação cultural dos alunos. IN: GUIMARÃES, Valter Soares (Org.). **Formar para o mercado ou para a autonomia?** São Paulo: Papyrus, 2006.

ORTH, Miguel Alfredo; et al. **Ambientes virtuais de aprendizagem e formação continuada de professores na modalidade a distância.** *Conjectura: Filos. Educ.*, Caxias do Sul, v. 18, n. 1, p. 42-58, 2013.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN E. (Org.). **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito.** São Paulo: Cortez, 2006.